

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

## PROJETO DE LEI Nº 278, DE 2003.

Cria a notificação pública de perda ou afastamento de cargo.

**Autor:** Deputado **Léo Acântara**

**Relator:** Deputado **JOÃO PAULO GOMES  
DA SILVA**

### I - RELATÓRIO

O Projeto de lei referenciado cria a notificação pública de perda ou afastamento de cargo, que deverá ser feita pela imprensa oficial e por outro veículo de comunicação, se, após três tentativas pelo Oficial de Justiça, o agente público não for encontrado.

Segundo o autor, *in verbis*:

*"Temos presenciado, constantemente, por parte de autoridades afastadas de cargo público por determinação do Poder judiciário, a prática de manobras para evitar a notificação.*

*Esses agentes públicos simulam viagens, reuniões ou outros compromissos por se evadirem do local onde exercem sua atividade, não sendo encontrados pelo Oficial de Justiça.*

*De modo, ganham tempo, permanecendo no cargo em desobediência à decisão do Juiz."*

A proposição foi distribuída às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, para juízo de mérito, e de Constituição e Justiça

e de Redação, esta, para o de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa e redacional.

Na Comissão de Mérito foi aprovado com uma emenda supressiva no art. 1º da expressão "e por outro veículo de comunicação", vez que se considerou que a publicação na notificação pela imprensa oficial já seria suficiente e não traria ônus desnecessário para o Erário.

É o relatório

## **II - VOTO DO RELATOR**

Quanto aos pré-requisitos indispensáveis ao trâmite regular do projeto de lei e da respectiva emenda aprovada pela Comissão de Mérito nesta Casa, merece registro que eles se revelam injurídicos ao instituir a notificação por perda ou afastamento de cargo público.

Ocorre que, nos termos propostos, a matéria já se encontrava sob a tutela jurisdicional, situação que demandaria intimação da parte sucumbente do *decisum proferido pelo Juiz da causa*.

Os procedimentos para que se efetue a intimação do réu já se encontram suficientemente regulamentados pelos Códigos de Processo Civil e de Processo Penal; inclusive, com a previsão da conhecida "Hora Certa" tão utilizada pelos Oficiais de Justiça. A proposição em pauta evidencia intolerável preconceito contra a classe dos agentes públicos, incidindo porisso em flagrante inconstitucionalidade ao agredir o "PRINCÍPIO DA ISONOMIA" que deve ser observado entre os réus de maneira geral, em quaisquer feitos judiciais.

Ademais, o que, a uma primeira vista, pode parecer manobra protelatória do agente público, poderá, muito bem, tratar-se de mero e legítimo exercício do direito de defesa, que a todos é assegurado por mandamento constitucional.

Face ao acima exposto, voto pela injuridicidade e inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 278, de 2003, e pela prejudicialidade da Emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviços Público.

Sala da Comissão, em 10 de março de 2004.

Deputado **JOÃO PAULO GOMES DA SILVA**

Relator